Capacidade de relacionamento;
Qualificação e perfil para o cargo;
Abordagem de questões relativas ao transporte colectivo de crianças e jovens até aos 16 anos.

A entrevista profissional de selecção é pública conforme recomendação da circular n.º 3/DGAP/2002.

c) Avaliação curricular — visa avaliar as aptidões profissionais do candidato na área para que o concurso é aberto, com base na análise no respectivo currículo profissional, tendo em conta:

Habilitação académica de base, onde se pondera a titularidade de grau académico ou a sua equiparação legalmente reconhecida;

Formação profissional, em que se ponderam as acções de formação profissional, em especial as relacionadas com as áreas funcionais dos lugares postos a concurso, em que:

Não frequência de quaisquer acções de formação (relacionadas ou não com o lugar a prover) — 10 valores;

Frequência de acções de formação não correlacionadas com o cargo a prover — 12 valores;

Frequência de acções de formação correlacionadas com o cargo a prover — 12 valores + 1 valor por cada acção deste tipo até ao limite de 20 valores.

Experiência profissional, em que se pondera o desempenho efectivo de funções na área de actividade para a qual é aberto concurso, em que:

Inexistência de qualquer experiência profissional na área de actividade para que o concurso é aberto — 10 valores;

Existência de experiência profissional não directamente ligada com a actividade do cargo a prover — 12 valores;

Existência de experiência profissional na área de actividade para que o concurso é aberto — 12 + 1 valores por cada ano até ao limite de 16 valores;

Existência de experiência profissional na área de transporte colectivo a crianças e jovens até aos 16 anos — 14 + 1 valores por cada ano até ao limite de 20 valores.

A classificação final da avaliação curricular será expressa mediante a seguinte fórmula:

$$AC = \frac{HA + EP + (2) EP}{4}$$

em que:

AC = avaliação curricular;
HA = habilitações académicas;
EP = formação profissional; e
EP = experiência profissional.

Qualquer destes métodos de selecção será classificado numa escala de 0 a 20 valores.

A ordenação dos candidatos resultará da classificação final nos referidos métodos de selecção, expressa numa escala de 0 a 20 valores, através da aplicação da seguinte fórmula:

$$CF = \frac{(2) PPC + (2) EPS + (3) AC}{7}$$

em que:

CF = classificação final;
PPC = prova prática de conhecimentos;
EPS = entrevista profissional de selecção;
AC = avaliação curricular.

12 — Relação de candidatos e lista de classificação final — em conformidade com o Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho:

- a) A relação dos candidatos admitidos será afixada no edifício dos Paços do Município, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 33.º;
b) Os candidatos excluídos serão notificados de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 34.º;
c) A lista de classificação final será notificada aos candidatos de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 40.º

13 — Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro, os candidatos com deficiência podem candidatar-se ao presente concurso, tendo os mesmos preferência em igualdade de classificação.

14 — Os candidatos deficientes devem declarar, no requerimento de admissão, sob compromisso de honra, o respectivo grau de incapacidade e tipo de deficiência, bem como os meios de comunicação/expressão a utilizar no processo de selecção.

15 — O júri do concurso terá a seguinte composição:

Presidente do júri — vice-presidente da Câmara, Manuel Guerreiro da Palma.

Vogais efectivos:

Técnico superior de 2.ª classe engenheiro Alexandre Luís Bernardino Messias Gomes.

Encarregado do parque de viaturas Manuel Francisco Marques Vinagre.

Vogais suplentes:

Técnico superior de 1.ª classe engenheiro civil Rui Pedro Figueiredo Martins Figueiras.

Operário altamente qualificado — operário principal — mecânico Jacinto da Palma Martins.

Vogal que substituirá o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos — vereadora Dr.ª Maria Sílvia Rebelo Felícia Baptista.

15 de Novembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *António José Messias do Rosário Sebastião*. 1000308004

CÂMARA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Aviso n.º 712/2006

Renovação de contratos de trabalho a termo certo

Para os devidos efeitos se torna público que, ao abrigo do disposto no artigo 10.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, e por despacho exarado em 10 de Novembro de 2006, se procedeu à renovação dos contratos de trabalho a termo certo, com os seguintes trabalhadores:

Vanda Cristina de Jesus Teixeira Rico Farto Lobato — técnico superior/médico veterinário, escalão 1, índice 400, com início a 7 de Dezembro de 2006 até 6 de Dezembro de 2007.

Augusto José Ferreira Marques — técnico superior de 2.ª classe/educação física e desporto, escalão 1, índice 400, com início a 13 de Dezembro de 2006 até 12 de Dezembro de 2007.

Márcia da Costa Sanguessuga Soares — técnico superior de 2.ª classe/psicopedagogia curativa, escalão 1, índice 400, com início a 13 de Dezembro de 2006 até 12 de Dezembro de 2007.

[Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos do n.º 3, alínea g), do artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

13 de Novembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *António José Ganhão*. 1000308016

CÂMARA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA DE PÊRA

Aviso

Requisição

Para os devidos efeitos se torna público que foi autorizada a requisição da funcionária desta autarquia Ana Maria de Campos Cavaca, técnica superior de 1.ª classe — gestão, para a T. E. G. E. C. — Empresa Municipal de Gestão de Equipamentos Culturais e de Lazer, E. M., com efeitos a partir de 1 de Novembro de 2006.

16 de Novembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Fernando José Pires Lopes*. 1000307996

CÂMARA MUNICIPAL DE CELORICO DA BEIRA

Aviso n.º 121

Para os devidos efeitos, torno público que, por meu despacho de 13 de Novembro de 2006, renovei, por mais um ano, os contratos a

termo certo resolutivo celebrados anteriormente com José Francisco Rodrigues Sousa, José Manuel Almeida Delgado e António José dos Santos Cruz, todos com a categoria de jardineiro.

16 de Novembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *José Francisco Gomes Monteiro*.
1000308031

CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA

Aviso

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por meu despacho datado de 3 de Novembro de 2006, foi nomeado, de acordo com o estabelecido no n.º 2 do artigo 29.º, n.ºs 1 e 3 do artigo 30.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, o funcionário Rui Manuel Falcato Arimateia, de chefe da Divisão de Assuntos Culturais, na categoria de técnico superior de serviço social assessor principal.

O prazo de aceitação é de 20 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República*.

(Processo isento de visto do Tribunal de Contas.)

6 de Novembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *José Ernesto d'Oliveira*.
3000220116

Aviso

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho datado de 6 de Novembro de 2006, foi nomeada, precedendo concurso, a funcionária abaixo indicada para a seguinte categoria:

Inês Maria Ramos Rosado — fiscal municipal de 1.ª classe.

O prazo de aceitação é de 20 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República*.

(Processo isento de visto do Tribunal de Contas.)

7 de Novembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *José Ernesto d'Oliveira*.
3000220114

Aviso

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho, foi nomeado, precedendo concurso, o seguinte candidato para a categoria abaixo indicada:

Despacho datado de 10 de Novembro de 2006:

António Vieira Martins — nadador-salvador.

O candidato deve tomar posse do lugar no prazo de 20 dias a contar da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

(Processo isento de visto do Tribunal de Contas, nos termos do disposto no artigo 46.º, n.º 1, conjugado com o artigo 114.º, n.º 1, da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

10 de Novembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *José Ernesto d'Oliveira*.
3000220115

CÂMARA MUNICIPAL DE FAFE

Aviso

Licença sem vencimento por um ano

Para os devidos efeitos se faz público que, no âmbito das competências detidas em matéria de gestão de pessoal [alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99], concedi, por despacho datado de 3 de Novembro de 2006, licença sem vencimento por um ano, nos termos do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, ao asfaltador — José Carlos Nogueira Costa, com início em 17 de Novembro de 2006.

10 de Novembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *José Ribeiro*.
1000308006

CÂMARA MUNICIPAL DE FREIXO DE ESPADA À CINTA

Aviso

Aprovação de regulamentos

José Manuel Caldeira Santos, presidente da Câmara Municipal de Freixo de Espada à Cinta, torna público, para os devidos e legais efeitos, que a Assembleia Municipal de Freixo de Espada à Cinta, na sessão ordinária do dia 29 de Setembro de 2006, aprovou sob proposta da Câmara Municipal os seguintes regulamentos municipais:

Regulamento Municipal do Licenciamento do Exercício e da Fiscalização de Actividades;

Regulamento Municipal de Utilização do Ecocentro de Freixo de Espada à Cinta;

Regulamento Municipal de Utilização dos Autocarros para Apoio às Actividades Culturais e Desportivas;

Regulamento Municipal da Publicidade;

Mais se declara que os mesmos entrarão em vigor 15 dias após a publicação do presente aviso.

25 de Outubro de 2006. — O Presidente da Câmara, *José Manuel Caldeira Santos*.
3000218668

CÂMARA MUNICIPAL DE GONDOMAR

Editais

Valentim dos Santos de Loureiro, presidente da Câmara Municipal de Gondomar, torna público que, sob proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de 8 de Junho de 2006, a Assembleia Municipal de Gondomar, em sessão de 29 de Junho de 2006, deliberou aprovar as alterações ao Regulamento de Actividades Diversas (RAD), aprovado em reunião de Câmara de 17 de Junho de 2003 e sessão da Assembleia Municipal de 27 de Junho de 2003, passando a ter a seguinte redacção:

Alterações ao Regulamento de Actividades Diversas (RAD)

Nota justificativa

O Regulamento de Actividades Diversas (RAD) do município de Gondomar, encontra-se em vigor desde Setembro de 2003 e foi elaborado com fundamento no Decreto-Lei n.º 264/2002, de 25 de Novembro, que transferiu para as câmaras municipais diversas competências, posteriormente concretizadas pelo Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de Dezembro.

Em conformidade com estes diplomas, ficou estatuído no RAD que o pedido de licenciamento, nomeadamente, da realização de espectáculos e provas desportivas na via pública, seria dirigido ao presidente da Câmara Municipal em que a prova se iniciasse e que este solicitaria às câmaras municipais em cujo território se desenvolvesse a prova a aprovação do respectivo percurso.

Contudo, o Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de Maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 44/2005, de 23 de Fevereiro, e regulamentado pelo Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de Março, veio estabelecer que a autorização quanto à utilização das vias públicas para a realização de actividades de carácter desportivo, festivo ou outras, é da competência da Câmara Municipal onde as mesmas se realizem ou tenham o seu termo, prevendo ainda, entre outras inovações, a recolha de parecer das entidades sob cuja jurisdição se encontram as vias a utilizar, caso não seja a Câmara Municipal onde o pedido é apresentado.

Assim, perante este novo quadro legal foram elaboradas as alterações necessárias a adequar o capítulo VII do RAD ao preceituado nas novas disposições do Código da Estrada e que foram objecto de regulamentação pelo decreto regulamentar, acima referido.

Por outro lado, relativamente à norma prevista no n.º 2 do artigo 42.º do RAD, contrária a mesma o disposto no n.º 1 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 310/2002, mostrando-se, por esse facto, violados os princípios do primado da lei e da prevalência da norma de grau